

MAIO 2024

# jornal



Federação Nacional da Educação



## ACORDO HISTÓRICO PELOS PROFESSORES E COM OS PROFESSORES

WWW.FNE.PT



# ÍNDICE

3 - 4

EDITORIAL

5 - 35

AÇÃO SINDICAL

36 - 37

TEM A PALAVRA



38 - 44

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

45 - 64

INTERNACIONAL

66 - 67

SAÚDE

**16 MAIO**  
**2024**

**Dia Mundial**  
**do Pessoal de**  
**Apoio Educativo**

Defender os Direitos e o Estatuto  
do Pessoal de Apoio Educativo



# EDITORIAL



## **Um Dia Feliz na Educação: Primeiro grande passo para a valorização da profissão docente**

21 de maio de 2024. A Federação Nacional da Educação (FNE) e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) assinam um acordo relativo à recuperação total do tempo de serviço congelado.

Este acordo prevê a recuperação de 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço no período de 2 anos e 10 meses, sendo que em julho de 2025 estará já recuperado 50% desse tempo. Mas também garante que no processo de recuperação não haverá perdas de tempo de serviço, quer porque serão criadas condições especiais para o cumprimento dos requisitos necessários à progressão, quer porque serão geradas vagas adicionais para todos os docentes no acesso aos 5.º e 7.º escalões.

É um acordo que reconhece a dedicação, o esforço e o profissionalismo dos docentes, mas também aponta para um futuro, onde a Educação é tratada com a seriedade e o respeito que merece.

Foram precisos muitos anos de intensa luta, em que os professores fizeram ouvir a sua voz para exigir respeito. Foi essa voz que a FNE transportou para os processos negociais com os diferentes Governos, sendo este o momento em que finalmente encontrou um interlocutor, que ouviu.

Este acordo não repara todas as injustiças, mas abre portas para que se institucionalize um diálogo profícuo entre o Governo e as organizações sindicais, permitindo o encontro de vontades e soluções, que verdadeiramente dignifiquem os profissionais da Educação e valorizem todo o sistema Educativo.

Foi apenas um primeiro passo, mas um passo essencial, pois dá confiança às partes para os processos negociais que se aproximam, nos quais a FNE colocará toda a sua força e competência, tendo em vista a resolução dos muitos problemas que subsistem. Desde logo a valorização dos índices remuneratórios, a equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira técnica superior, a redução dos horários de trabalho, a revisão do modelo de avaliação, entre muitas outras matérias de igual prioridade e importância.

Também é necessário investir em todos aqueles profissionais que, nas nossas escolas, diariamente dão o seu melhor, garantindo um ambiente escolar de qualidade. O Pessoal de Apoio Educativo, pelo seu esforço contínuo, pela dedicação com que desempenha as suas funções e pelo compromisso com a educação e bem-estar dos nossos alunos, merece que o poder político reveja as suas condições de trabalho e dignifique as suas carreiras.

Há ainda todo um caminho a percorrer, mas o primeiro passo está dado.

Certo é que o dia 21 de maio de 2024 foi efetivamente um dia feliz para a Educação.



**PAULO FERNANDES**

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA FNE



# O Tempo

EDIÇÃO  
ESPECIAL  
21 MAIO 2024

# FINALMENTE, CONSEGUIMOS!

**PELOS PROFESSORES. COM OS PROFESSORES!**



**RECUPERAÇÃO TOTAL DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO**

**O acordo entre a FNE e o MECI é um marco histórico para a Educação em Portugal.**

Representa um passo crucial para a justiça, a equidade e a valorização da profissão docente. A FNE saúda este acordo com entusiasmo e satisfação, reconhecendo que o mesmo representa um avanço significativo na luta pelos direitos dos professores.

**Este é apenas o início!** A FNE continuará a lutar por melhores condições de trabalho e por uma carreira docente mais justa e valorizada.

Juntos, construiremos uma Educação de qualidade para todos!

# ACORDO **fne**

Acordo histórico que traz **ESPERANÇA num futuro melhor.**

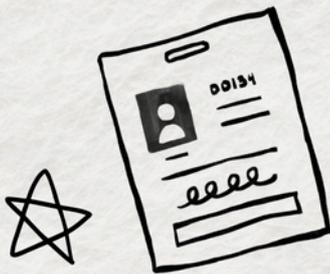


No dia 21 de maio de 2024, foi firmado um acordo histórico entre a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) para a recuperação do tempo de serviço dos professores que foi congelado, para efeitos de progressão e acerto salarial.

Este acordo **representa um primeiro passo**, crucial na valorização da carreira docente e um ato de justiça para os professores portugueses que lutaram durante anos pelos seus direitos.

## Recuperação total do tempo de serviço em 2 anos e 10 meses!

O acordo celebrado prevê a recuperação faseada do tempo de serviço congelado em 2 anos e 10 meses, de acordo com o seguinte calendário:

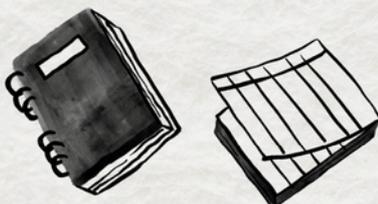


### Garantia de vagas

Garantia de vaga adicional para efeitos de progressão aos 5.º e 7.º escalões, sem perda de tempo de serviço.

### Todo o tempo contado

O tempo perdido nas listas de progressão ao 5.º e 7.º escalões, e recuperado por via do DL N.º 74/2023, não será subtraído ao tempo a recuperar.



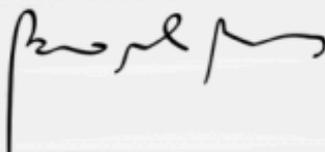
### Garantia de...

Condições especiais para reunir os requisitos para progressão.



# Pedro Barreiros

Secretário-Geral 



## Professores recuperam o tempo de serviço congelado em 2 anos e 10 meses

No dia 21 de maio de 2024, a Federação Nacional da Educação (FNE) e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), assinaram um acordo histórico que vai devolver aos professores todo o tempo de serviço congelado nos períodos de 30 de agosto de 2005 a 31 de dezembro de 2007 e de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017.

Após três reuniões de negociação e depois de apresentadas propostas e contrapropostas, conseguiu-se garantir que a recuperação será feita de forma faseada, ao longo de **dois anos e dez meses**, com início em **1 de setembro de 2024** e término em **1 de julho de 2027**, conforme o seguinte **cronograma**:

1 de setembro de 2024	1 de julho de 2025	1 de julho de 2026	1 de julho de 2027
<b>599 dias</b>	<b>598 dias</b>	<b>598 dias</b>	<b>598 dias</b>
50% do tempo – recuperado em 10 meses	25%	25%	



Este acordo é um **passo importante para a justiça, equidade e valorização da carreira docente em Portugal** e reconhece o **valor essencial do trabalho dos professores** e o seu papel fundamental na sociedade.

O acordo garante o acesso, a cada momento, com efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte, a todos os docentes que, através deste mecanismo, progridam para os 5.º e 7.º escalões; reconhece aos professores o tempo de serviço contabilizado pelo Decreto-Lei n.º 74/2023, conhecido como acelerador de carreiras, não subtraindo o tempo perdido em listas e salvaguardando que não se verificam situações de duplicação de benefícios na recuperação do tempo de serviço; durante o período de recuperação do tempo de serviço serão criadas condições especiais que visem garantir que todos os docentes possam reunir os requisitos para progressão, nomeadamente: distender em um ano letivo o prazo para formação e entrega de relatório; observação de aulas ou mobilizar o resultado da última observação de aulas. Sem prejuízo do direito de o docente progredir na data em que cumpriu o tempo.

Este acordo, apesar de algumas tentativas incompreensíveis de o desvalorizar, tem sido recebido com **grande satisfação** pelos Professores. A FNE e os seus sindicatos consideram que este é um **acordo histórico para os professores portugueses** e que contribui significativamente para a valorização da carreira docente, repondo a justiça no posicionamento na carreira e permitindo uma valorização salarial apreciável em dois anos e dez meses.

**Este acordo demonstra o poder da negociação séria e responsável e do diálogo social para encontrar soluções justas e equitativas para os problemas e é um exemplo que deve ser seguido para dar resposta a outros problemas que a FNE tem vindo a identificar e que carecem de respostas urgentes:**

- Recuperação do tempo de serviço perdido na transição entre carreiras;
- Mecanismos de compensação para os docentes que não beneficiam da recuperação do tempo de serviço;
- Reposição do topo da carreira docente de forma a que fique equiparada, no mínimo, ao topo da carreira técnica superior;
- Eliminação definitiva das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões e das quotas na avaliação de desempenho;
- Valorização das remunerações da carreira docente;
- Adoção de políticas fiscais, nomeadamente, através de dedução específica em sede de IRS, e/ou através de compensações financeiras que atenuem as despesas nas deslocações para a escola, com uma eventual segunda habitação e com o vasto material escolar, pedagógico e científico, necessário ao trabalho a realizar.
- Adoção de medidas concretas para combater a indisciplina em contexto escolar;
- Reforço da autonomia do Professor.

**Este acordo da FNE representa um marco histórico na valorização da carreira docente em Portugal.**

**É a ESPERANÇA num futuro melhor.**

Pelos Professores. Com os Professores!

**Pedro Barreiros**

Secretário-Geral da FNE

# 21 de maio de 2024, dia histórico para os professores portugueses: **FNE e MECI assinam acordo para recuperação do tempo de serviço**

A recuperação será concretizada em 2 anos e 10 meses. O processo arranca em 1 de setembro de 2024 e ficará concluído em 1 de julho de 2027. Todos os docentes afetados pelo congelamento da carreira durante o período de intervenção da 'Troika' ficarão isentos de vaga para progredir aos 5.º e 7.º escalões. FNE não desiste de reivindicar mecanismos de compensação para os docentes que já estão no topo da carreira ou que, entretanto, se vão reformar.

As rondas negociais começaram na manhã de 3 de maio de 2024. Na ordem de trabalhos estava, por indicação da tutela, "a recuperação do tempo de serviço, assim como de outras medidas de valorização da carreira."

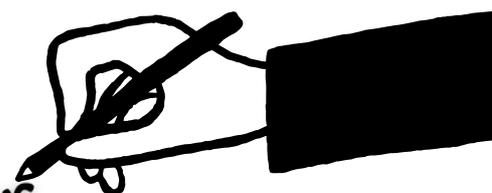
À entrada do primeiro encontro, a delegação da FNE deixava uma mensagem de que aquele primeiro diálogo negocial resultasse em soluções construtivas da parte do Governo, "por forma a que o início do próximo ano letivo ocorra num clima de tranquilidade e seja sentida a valorização e consideração dos educadores e professores".

Depois, à saída e em declarações aos órgãos de comunicação social, o Secretário-Geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, afirmou

que "queremos que no primeiro ano seja recuperado 30% do tempo de serviço e que todo o processo esteja concluído até ao final da legislatura".

No encontro, a tutela garantiu a recuperação integral dentro da atual legislatura, mas a um ritmo de 20% ao ano. Aos jornalistas, Pedro Barreiros declarou ainda que "a proposta tem aspetos positivos e aspetos menos positivos" e que apesar de a FNE defender que este ano sejam recuperados já 30%, a Federação garante "estar neste processo negocial com um espírito flexível".

Acordo histórico que traz  
**ESPERANÇA num futuro melhor.**





Segundo o líder da FNE "para a federação é essencial que o diploma com as regras de recuperação de tempo de serviço seja publicado até ao início de julho e que vincule eventuais novos governos", acrescentando ainda que "já chega de tempo perdido.

Importa resolver a questão o mais cedo possível. Com mais ou com menos aproximação, importa estar concluído para podermos começar a usufruir de uma parte do tempo congelado".

A fechar, Pedro Barreiros apontou ainda como problema uma possível revogação do diploma conhecido como acelerador da carreira, que foi criado pela anterior equipa do Ministério da Educação, de forma que os docentes pudessem avançar mais rapidamente nos escalões.

Nesta reunião a FNE entregou ainda em mão ao MECI dois ofícios a solicitar reuniões para tratamento em separado de matérias relativas ao Ensino Superior e ao Pessoal de Apoio Educativo.



## Segunda reunião negocial com "avanços positivos"

Logo à saída do encontro negocial, em 13 de maio, Pedro Barreiros anunciou que a FNE iria apresentar ao Governo uma contraproposta sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores para ser debatida na semana seguinte (21 de maio), considerando "positivo o avanço registado nas negociações, apesar de a proposta não ir ainda completamente ao encontro das nossas reivindicações".

Relativamente à proposta inicial de recuperação do tempo de serviço ao ritmo de 20% ao ano, o Governo avançou com uma proposta que previa os mesmos cinco anos, mas com 25% no primeiro e segundo anos e 20% no terceiro e 15% no quarto e quinto anos.

Para o SG da FNE, "entendemos que essa recuperação deve ocorrer num espaço de tempo mais curto, que não atinja os cinco anos. Preferencialmente quatro anos", admitindo também que a FNE pode ter de adequar a percentagem que iria constar da contraproposta a enviar ao MECI, que poderia ser de 25% ao ano: "É nossa vontade e nosso empenho que seja possível, finalmente, chegar a um acordo que valoriza a carreira docente, o empenho dos professores e as organizações sindicais, que estão a trabalhar para que isso possa acontecer", afirmou aos jornalistas ainda nas instalações do MECI, em Lisboa.



## Terceira ronda negocial traduziu-se em acordo assinado

A nova contraproposta (LINK) da FNE - que mantinha o objetivo de alcançar as melhores e mais justas soluções para a matéria da recuperação do tempo de serviço congelado - chegou então ao MECI a 15 de maio, a tempo de ser analisada para a terceira reunião negocial, que decorreu a 21 de maio. Na nova contraproposta, a FNE (consultar aqui), destacou os seguintes pontos:

- A recuperação de todo o tempo de serviço não contabilizado (2393 dias);
- O início da recuperação no dia 1 de setembro de 2024;
- O fim da recuperação no dia 31 de julho de 2027;
- Realização da recuperação total do tempo em 35 meses = 2 anos e 11 meses;
- Recuperação em percentagens idênticas de 25% (4 momentos);
- A garantia, a todos os docentes afetados pelos períodos de congelamento, de vaga adicional para efeitos de progressão aos 5.º e 7.º escalões;
- A garantia de que o tempo perdido nas listas de progressão ao 5.º e 7.º escalões não será subtraído ao tempo a recuperar;
- A criação de condições especiais para reunir requisitos para progressão (distender em um ano letivo o prazo para formação e entrega de relatório, observação de aulas ou mobilizar o resultado da última observação de aulas), com efeitos retroativos a 1/9/2024.

Mas no dia 21 de maio, em que a FNE assinalou um ano desde a eleição dos novos órgãos sociais, no congresso de Aveiro, deu-se uma conquista histórica: a Federação e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) chegaram a acordo sobre a recuperação do tempo de serviço congelado aos professores.

De acordo com Pedro Barreiros, a recuperação será assim concretizada em 2 anos e 10 meses, tendo os professores recuperado a totalidade do tempo de serviço no dia 1 de julho de 2027. "Chegámos a acordo. Foi demorado, mas com um bom propósito". De acordo com os termos definidos entre o MECI e a FNE, os seis anos, seis meses e 23 dias serão contabilizados ao longo de quatro anos: 50% em 2024 e 2025 e os restantes entre 2026 e 2027.

"Com uma duração de dois anos e 10 meses, será recuperada a totalidade do tempo de serviço congelado", sublinhou o SG da FNE, isto porque o processo arranca em 01 de setembro de 2024 e ficará concluído em 01 de julho de 2027.

Desta forma, o Governo acabou por se aproximar da contraproposta da FNE, que iniciou as negociações a pedir 30% em 2024, 30% em 2025, 20% em 2026 e os últimos 20% em 2027, apresentando depois uma nova contraproposta que previa a contabilização anual de 25%, como ficou estabelecido no acordo.

Por outro lado, o MECI assegurou ainda que todos os docentes afetados pelo congelamento da carreira durante o período de intervenção da 'Troika' ficariam isentos de vaga para progredir aos 5.º e 7.º escalões, relatou o secretário-geral da FNE.

"Hoje é um dia histórico para todos os professores, que finalmente viram alcançado um dos seus grandes objetivos", afirmou Pedro Barreiros. Apesar das reivindicações dos docentes, o Ministério manteve a posição de que a recuperação do tempo de serviço serviria apenas para efeitos de progressão na carreira, não estando previstos quaisquer mecanismos de compensação para os docentes que já estão no topo da carreira ou que, entretanto, se vão reformar.

"Contudo, não desistimos dessa reivindicação e, se foram precisos 20 anos de não desistência para atingir os resultados que hoje atingimos, com certeza não serão necessários outros 20 para conseguirmos outras matérias", referiu.

Concluído o processo negocial iniciado há menos de um mês, a FNE pretende agora discutir outras matérias com a tutela, tais como a equiparação ao topo da carreira dos trabalhadores da administração pública e o regime de mobilidade por doença.



## **CONSULTE AQUI o conteúdo do acordo celebrado entre a FNE e o MECI acerca da recuperação do tempo de serviço:**

Entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação e a Federação Nacional da Educação, é celebrado o seguinte acordo:

### **Recuperação do tempo de serviço:**

Recuperação do tempo de serviço não contabilizado (2393 dias) aos docentes abrangidos pelos dois períodos de congelamento (entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017), através da contabilização do referido tempo de serviço para efeitos de progressão e acerto salarial, nos seguintes termos:

- 599 dias a 1 de setembro de 2024;
- 598 dias a 1 de julho de 2025;
- 598 dias a 1 de julho de 2026;
- 598 dias a 1 de julho de 2027.

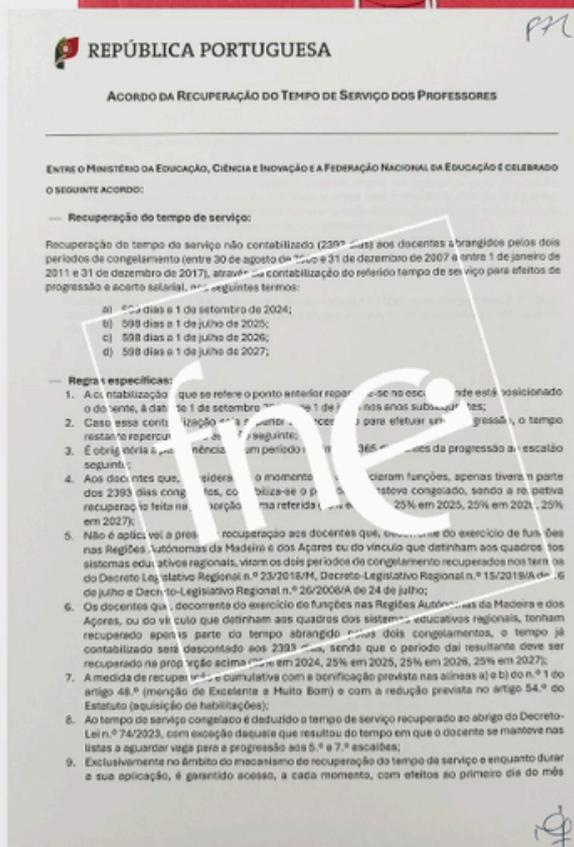
### **Regras específicas:**

A contabilização a que se refere o ponto anterior repercute-se no escalão onde está posicionado o docente, à data de 1 de setembro 2024 e de 1 de julho nos anos subsequentes;

Caso essa contabilização seja superior ao necessário para efetuar uma progressão, o tempo restante repercute-se no escalão seguinte;

É obrigatória a permanência de um período mínimo de 365 dias antes da progressão ao escalão seguinte;

Aos docentes que, considerando o momento em que iniciaram funções, apenas tiveram parte dos 2393 dias congelados, contabiliza-se o período que esteve congelado, sendo a respetiva recuperação feita na proporção acima referida (25% em 2024, 25% em 2025, 25% em 2026, 25% em 2027);



Não é aplicável a presente recuperação aos docentes que, decorrente do exercício de funções nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores ou do vínculo que detinham aos quadros dos sistemas educativos regionais, viram os dois períodos de congelamento recuperados nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2018/M, Decreto-Legislativo Regional n.º 15/2019/A de 16 de julho e Decreto-Legislativo Regional n.º 26/2008/A de 24 de julho.

Os docentes que, decorrente do exercício de funções nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, ou do vínculo que

detinham aos quadros dos sistemas educativos regionais, tenham recuperado apenas parte do tempo abrangido pelos dois congelamentos, o tempo já contabilizado será descontado aos 2393 dias, sendo que o período daí resultante deve ser recuperado na proporção acima (25% em 2024, 25% em 2025, 25% em 2026, 25% em 2027);

A medida de recuperação é cumulativa com a bonificação prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 48.º (menção de Excelente e Muito Bom) e com a redução prevista no artigo 54.º do Estatuto (aquisição de habilitações);



Ao tempo de serviço congelado é deduzido o tempo de serviço recuperado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 74/2023, com exceção daquele que resultou do tempo em que o docente se manteve nas listas a aguardar vaga para a progressão aos 5.º e 7.º escalões;

Exclusivamente no âmbito do mecanismo de recuperação do tempo de serviço e enquanto durar a sua aplicação, é garantido acesso, a cada momento, com efeitos ao primeiro dia do mês subsequente, a todos os docentes que, por via deste mecanismo, progrediram para os 5.º e 7.º escalões;

Durante o período de recuperação do tempo de serviço serão criadas condições especiais que visem garantir que todos os docentes possam reunir os requisitos para progressão, nomeadamente, distender em um ano letivo o prazo para formação e entrega de relatório, observação de aulas ou mobilizar o resultado da última observação de aulas, sem prejuízo do direito do docente progredir na data em que cumpriu o tempo;

Será criado um grupo de acompanhamento à implementação do presente acordo.

Norma revogatória

Revogação dos n.ºs 2, 3, 5 e 6, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto, e alteração do n.º 4, do artigo 3.º, em conformidade com a revogação do n.º 3 do referido artigo, sem prejuízo dos efeitos já produzidos.

**Lisboa, 21 de maio de 2024**



# Dia **do** Trabalhador MUNDIAL



REJUVENESCIMENTO

COMBATER A PRECARIEDADE

VALORIZAR OS TRABALHADORES

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO



# 1º Maio da UGT, em Vila Real - FNE marcou presença

Foi em Vila Real que a UGT realizou as comemorações do Dia do Trabalhador de 2024.

A Praça do Município desta cidade nortenha recebeu todos aqueles que quiseram mostrar a força dos trabalhadores portugueses em mais um 1º de Maio, numa celebração que incluiu a exposição e entrega dos prémios relativos ao Concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" promovido pela FNE e pelos seus Sindicatos.

Este evento que Vila Real acolheu, teve também atuações musicais do Grupo de Cantares de Santa Marinha – Águas Santas, mas também do Grupo Etnográfico de Danças e Cantares "O Cantaréu" e do cantor famoso pelas suas imitações em palco, Fernando Pereira.

Durante a tarde aconteceram ainda os habituais discursos e presença de dirigentes de todos os sindicatos da UGT em palco.

A FNE e os seus sindicatos marcaram presença nesta que foi mais uma importante jornada de afirmação dos valores em que assenta o sindicalismo democrático no nosso país. Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, deixou a seguinte mensagem:

" O 1º de Maio deste ano encontra-nos numa situação social, política, ambiental e educativa, particularmente difícil.

Enfrentamos uma grave falta de professores, o que compromete a qualidade do ensino e potencia riscos indesejáveis.





**O sentimento de injustiça e desvalorização do trabalho persiste, com a falta de medidas concretas que resolvam os problemas que foram sendo criados ao longo dos últimos anos, pelo que é cada vez mais necessário e urgente:**

- valorizar as carreiras e adotar medidas que reconheçam a especificidade da profissão docente;
- começar rapidamente a contabilização de todo o tempo de serviço prestado;
- combater a indisciplina e violência em contexto escolar;
- tornar a carreira docente atrativa;
- rejuvenescer o corpo docente e determinar condições especiais de aposentação;
- alterar o modelo de avaliação de desempenho - eliminando constrangimentos administrativos;
- distinguir claramente as componentes letiva e não letiva;
- eliminar o excesso do tempo de trabalho e todo o trabalho burocrático;
- alterar o regime de Mobilidade por Doença;
- eliminar a instabilidade e precariedade presente no diploma de concursos;
- criar apoios fiscais e outros que minimizem os encargos com o exercício da profissão;
- repor a equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira de técnico superior;
- eliminar a existência de vínculos precários;
- oportunidades de formação contínua;
- assumir o reforço da dotação orçamental nas IES;
- revalorização dos índices remuneratórios - salários dignos;
- definir conteúdos funcionais específicos do Pessoal de Apoio Educativo;
- promover a vinculação e a consolidação das mobilidades do PAE;
- rever a portaria de rácios e conseqüentemente melhorar as condições de trabalho.

**Estas são algumas das medidas para as quais importa ter esperança no encontro de soluções.**



Esperança, porque acreditamos que, solidariamente, podemos construir um futuro melhor para a educação em Portugal, pelo que importa continuar a lutar pela exigência do aumento do investimento na educação e de melhores condições de trabalho.

Este 1º de Maio deve ser assumido como o início da resolução dos problemas na educação portuguesa.

Responsavelmente, podemos construir um sistema educativo mais justo, equitativo e de qualidade para todos. Não perdemos a esperança, a força e a vontade de dar o nosso contributo. Importa que o Governo e os partidos políticos também demonstrem a mesma vontade.

Viva o 1º de Maio!

Nota ainda para o apagar das velas do 50º aniversário do Sindicato Professores Zona Norte e do 35º aniversário do STAAE ZN.





Galeria  
de Fotos





## SPZN celebrou 50 anos

**O Sindicato dos Professores da Zona Norte celebrou a 30 de abril de 2024, os seus 50 anos de existência, promovendo um conjunto de iniciativas para assinalar a data.**

A criação deste Sindicato, na noite de 29 para 30 de abril de 1974, nasceu da vontade dos professores de se unirem para serem mais fortes e, juntos, lutarem em prol de uma causa comum: a Educação de qualidade para todos.

De forma a assinalar este marco temporal, a Direção daquele que foi o primeiro Sindicato de Professores de Portugal, após o 25 de abril de 1974, promoveu a **Conferência “Meio Século” com a presença dos antigos presidentes**, tendo

Luís de Melo marcado presença em memória de Manuela Teixeira.

A dar início às celebrações, **foi hasteada a bandeira dos 50 anos na sede do sindicato**, no Porto.

De seguida, o Secretário-Geral da FNE Pedro Barreiros **inaugurou uma galeria de fotos com os antigos presidentes: Manuela Teixeira, Natércia Cardeano, João Dias da Silva e Lucinda Dâmaso.**



Assim, a conferência iniciou-se com a **moderação de Maria Arminda Bragança**, que passou a palavra a cada um dos presidentes.

No discurso de encerramento, **Pedro Barreiros, presidente do SPZN, destacou a palavra “ação” como representativa do trabalho do sindicato, ao longo destes 50 anos.**

Esta foi uma iniciativa enquadrada num vasto conjunto de atividades que se vão prolongar até ao final do mês de abril de 2025.

Num momento de reconhecimento do trabalho feito em prol da Educação e do sindicalismo em Portugal, o presidente do SPZN, Pedro Barreiros, pediu um minuto de silêncio em homenagem à primeira presidente do sindicato, Manuela Teixeira.

Concluída a inauguração, por volta das 11 horas, procedeu-se ao início da **Conferência “Meio Século”, no auditório do SPZN, em que os antigos presidentes, ali presentes, puderam dar um testemunho, na primeira pessoa, dos momentos mais marcantes da História do SPZN.**







## **SPZC organizou conferência "50 anos de Liberdade, 50 anos de Educação"**

Os 50 anos do Sindicato dos Professores da Zona Centro foram assinalados numa conferência realizada no Auditório da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no passado dia 4 de maio de 2024.

A sessão solene contou com a presença de vários convidados, entre eles João Proença, ex-Secretário-geral da UGT, João Dias da Silva ex-Secretário-Geral da FNE, José Ricardo, Ex-Presidente do SPZC e Secretário-Geral adjunto da FNE e Amílcar Coelho, um dos militares da revolução de abril.

A moderação esteve a cargo do atual presidente do SPZC, Manuel Teodósio.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, dirigiu uma mensagem ao SPZC, que o dirigente do Sindicato, Gabriel Constantino, assumiu a responsabilidade e honra de ler. Neste dia de comemoração dos 50 anos, Marcelo Rebelo de Sousa lembrou, na sua mensagem, o estado da Educação no pós-25 de Abril e reconheceu o papel crucial dos professores no desenvolvimento do nosso país ao longo dos últimos 50 anos.

Há 50 anos, a 4 de maio de 1974, reuniram-se nesta mesma faculdade vários professores para deliberar a criação do SPZC, o mais antigo sindicato de professores da zona centro.



SESSÃO SOLENE

# 50 anos de Liberdade, 50 anos de Educação

# CONSULTA NACIONAL

Educação Inclusiva

Docentes e Direções das escolas



## FNE/AFIET avançaram com segunda Consulta Nacional sobre Educação Inclusiva

A FNE e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) promovem entre 17 e 31 de maio de 2024 a segunda Consulta Nacional sobre a concretização do regime da Educação Inclusiva (Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho), que entrou em vigor no ano letivo de 2018/2019. A consulta inclui dois questionários direcionados, um a Docentes e outro às direções das escolas.

Passados quase seis anos de aplicação do Decreto-Lei nº. 54/2018, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 116/2019, a FNE e a AFIET pretendem, com esta segunda Consulta Nacional, atingir três objetivos: analisar e avaliar o verdadeiro impacto dos referidos diplomas ao longo destes anos na vida das escolas e dos docentes; em simultâneo verificar se estas alterações legislativas trouxeram uma escola mais inclusiva, melhorando a aprendizagem dos alunos; e finalmente determinar quais são as correções que devem ser introduzidas.

A FNE já realizou em 2019, menos de um ano depois da implementação do diploma, uma primeira Consulta Nacional relativa à Educação Inclusiva, que permitiu uma reflexão sobre a implementação do referido Decreto-Lei junto dos principais agentes educativos envolvidos no processo.

Os cerca de 600 participantes desse questionário de 2019 consideraram o diploma como muito burocrático e gerador de desigualdades no acesso e no tipo de respostas, colocando em causa os princípios de igualdade e equidade.

Concluiu-se na altura que a nova legislação devia ter sido acautelada com um período de transição e formação adequada para os docentes e não docentes e ainda a criação de estruturas de apoio às escolas em número suficiente.

De destacar que, nessa Consulta, 91% consideraram que o tempo assumido no diploma era insuficiente para a sua aplicação e 80% assumiram que os seus horários não contemplavam tempos para o trabalho colaborativo entre professores.

Esta segunda Consulta Nacional vai permitir uma reflexão responsável às respostas dadas por todos os que participaram nesta iniciativa, seguindo-se a apresentação pública desses resultados e uma posterior proposta de alteração do referido decreto-lei, com base nos resultados alcançados.

Participe em [www.fne.pt](http://www.fne.pt) até às 18h de 31 de maio.



17 a 31 de maio de 2024



[www.fne.pt](http://www.fne.pt)



**COMP  
ORMU  
NDOS**

**15-16  
MAIO  
2024**

# **HUMANIDADES, BEM-ESTAR E SAÚDE**



**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**



**AFiET**  
Associação para a Formação  
e Investigação em Educação  
e Trabalho

# Formação FNE/AFIET em parceria com a Universidade Fernando Pessoa

A AFIET/FNE, a Fundação Fernando Pessoa, a Universidade Fernando Pessoa e a rede Compor Mundos promoveram o Simpósio Internacional Virtual “Composing Worlds 2024. Educação Transdisciplinar em ciências humanas no domínio do ambiente, saúde e bem-estar”, um evento de alto nível, com professores universitários portadores de consolidados currículos e que decorreu online a 15 e 16 de maio de 2024.

O programa era composto por oito painéis e uma conferência final, subdivididos em quatro sessões próprias, que poderão ser depois reconhecidas e certificadas como quatro ações de curta duração independentes, cujo reconhecimento e certificação coube à FNE.

Este Simpósio Virtual Internacional de Humanidades, Meio Ambiente, Saúde e Bem-estar consiste na reunião de especialistas internacionais de diferentes áreas das humanidades e das ciências sociais, naturais e da saúde, que refletem sobre questões chave do ambiente e das sociedades atuais, com foco na saúde e bem-estar no século XXI.

Os diferentes painéis refletiram como as humanidades e as artes, juntamente com as ciências ambientais, sociais e da saúde, são campos de conhecimento essenciais para compreender a metamorfose do nosso mundo e o seu impacto na saúde e no bem-estar e que nos oferecem uma oportunidade profunda e ampla de concretizar, pensar e diagnosticar estas novas realidades complexas.

**Recorde aqui o programa deste Simpósio**  
**(<https://composingworlds24.fundacaofernandopessoa.pt/programme>)**





## **FNE e AFIET *dão tempo ao oceano* para combater as alterações climáticas**

A FNE, a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET) e a Fundação Oceano Azul, com o apoio do Oceanário de Lisboa, promoveram a 15 de maio de 2024, o workshop para educadores e professores dos ensinos básico e secundário "Dar tempo ao Oceano", que pretendeu contribuir para um reforço do entendimento da importância do oceano enquanto regulador do clima e algumas soluções para o combate às alterações climáticas.

O workshop "Dar tempo ao oceano" contou com a participação da Mestre em Biologia Marinha, Natacha Moreira, formadora e assistente de gestão de projetos de Educação na Fundação Oceano Azul, e da bióloga Beatriz Tempero, educadora marinha no Oceanário de Lisboa e formadora do programa "Educar para uma Geração Azul". José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE, moderou e deu o apoio necessário a esta formação sobre o oceanos e alterações climáticas.

Ao longo de mais de hora e meia, a interação entre as formadoras e os participantes deste workshop permitiram responder a questionários desafiadores sobre temas como a sustentabilidade, alterações climáticas e as suas consequências para os oceanos, assim como outras matérias, como o efeito de estufa e a forma como o oceano nos pode proteger dessas alterações climáticas.

Este foi mais um passo para a criação de ferramentas que permitem aos professores participantes desta iniciativa, transportar para as suas salas de aula o conhecimento ali adquirido e fazer com que as novas gerações saiam cada vez mais preparadas da escola para as questões da defesa do ambiente.

Com esta iniciativa de “Educação para o Ambiente”, a FNE e a AFJET sublinharam também uma vez mais que o papel do sindicalismo não se limita a negociar, debater e reivindicar condições laborais e sociais, mas também ajudar a reforçar o papel da Educação e dos seus profissionais na defesa do ambiente e da sustentabilidade para o futuro do planeta, através da redução da pegada ambiental.

Esta sessão síncrona foi complementada com mais uma sessão assíncrona de 1h30, a decorrer na plataforma moodle, com quatro atividades complementares. No final, os interessados solicitaram à FNE o **reconhecimento e certificação** desta formação como uma “Ação de Curta Duração”, nos termos legais em vigor.

**15 de maio 2024**

**18h00 – 19h30**

*Sessão online*

**até 24 de maio 2024**

*Sessão assíncrona*



Inclui manual e 8 fichas de atividades para alunos.

Ação de formação de 3 horas, certificada pela Federação Nacional da Educação, com limite de participantes.  
Inscrições até 10 de maio.

# FNE/SPCL pretendem negociação urgente sobre recuperação salarial para os docentes do EPE

A FNE/SPCL fizeram chegar ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário e à Presidente do Camões Instituto da Cooperação e da Língua, Ana Paula Fernandes, um ofício a solicitar uma reunião urgente relativa ao tema da recuperação salarial devido a descongelamento.

Neste documento, a FNE/SPCL recordou ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas que o congelamento de 2393 dias, aos docentes abrangidos pelos dois períodos de congelamento, entre 30 de agosto de 2005 e 31 dezembro de 2007 e entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017, foi também aplicado pelo CICL aos docentes do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), procedimento com o qual a FNE nunca concordou, considerando-o indevido e injusto, dado no sistema não existir qualquer tipo de carreira, mas apenas dois grupos remuneratórios, mais e menos de 15 anos de serviço, não sendo possível qualquer tipo de comparação com os dez escalões de carreira docente previstos em território nacional.

A FNE/SPCL consideram que se tratou de uma medida de caráter fortemente economicista que prejudicou muitos docentes do EPE no plano salarial e irá também ter consequências negativas na futura pensão de aposentação, mais ainda se for levado em conta que desde 2009 não houve lugar a qualquer atualização dos citados grupos remuneratórios, e que, 15 anos depois, continuam sem alteração.

**O recente acordo, assinado a 21 de maio, entre a FNE e o MECI, que prevê a recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes até julho de 2027, deverá ter reflexos imediatos na consideração do tempo de serviço para atualização dos grupos remuneratórios no EPE, motivo pelo qual a FNE requereu a realização de uma reunião de caráter urgente para iniciar um processo negocial sobre esta matéria, reiterando a proposta já apresentada no passado dia 13 do corrente em Duesseldorf, a saber:**

- **Passagem ao grupo remuneratório de mais de 15 anos para todos os docentes que já tenham atingido o tempo de serviço necessário a 1 de setembro de 2024**
- **Atualização dos índices remuneratórios**

A FNE/SPCL aguardam resposta da tutela para resolução desta e de outras matérias ligadas ao EPE.



## Escola, Legislação e Burocracia

Qualquer alteração legal encerra, em si mesmo, um processo burocrático de implementação e manutenção, que obviamente acarreta custos significativos para as instituições que a tem de implementar, em particular para a escola pública.

Ainda que não sejamos adeptos do imobilismo e, entendendo a necessidade de fazer corresponder a legislação às alterações sociais a que assistimos nas últimas décadas, tais alterações legais quanto mais frequentes e intrusivas maiores serão os constrangimentos e as dificuldades à sua implementação.

Às dificuldades resultantes dessas alterações, acresce, por vezes, uma técnica legislativa frágil, a adoção de terminologia inadequada, opaca e pouco precisa, obrigando os seus executores a um colossal dispêndio de tempo e recursos, que vão sendo amputados a outras áreas de atividade dentro da escola pública.



Esta divergência entre o essencial e o acessório, que corresponde ao desvio do fulcro da atividade docente para questões meramente acessórias, espalha-a de forma irremediável. Existe claramente um excesso de produção legislativa em Portugal que, não sendo exclusivo, existe com particular incidência na educação e na escola pública.

Este excesso legalista, promovido em parte pela alternância governativa e ideologias acopladas, manifesta-se sob a forma de burocracia.

A burocracia é simultaneamente uma necessidade e um obstáculo. O nível de burocracia de uma organização dir-nos-á se estamos perante algo essencial ao funcionamento de uma organização ou a paralisia do sistema.

Mas a burocracia, mormente a que se verifica nas nossas escolas, é o reflexo do estado onnipotente e onnipresente, que tudo quer controlar e fiscalizar, fazendo tábua rasa da autonomia das escolas e dos docentes.

O estado tem uma postura paternalista sobre as instituições que tutela, impondo-se nos mais ínfimos detalhes.

A escola tem de se libertar desta castração que lhe é imposta, disfarçada de mecanismos legais orientadores.

É essencial libertar a educação, a escola e os docentes, dessa obsessão controladora, projetando o futuro livre de aústes inúteis.

É indubitável que, hoje, a escola pública, fruto do fluxo legislativo e da burocracia concomitante, não é inteira, nem livre.

Alteremos este paradigma reforçando a autonomia da escola e a liberdade de fazer.

**António Pinho**  
**Presidente do SDPM**





# Ética e Deontologia Profissional: Precisa-se?

No mundo profissional contemporâneo, a ética e a deontologia assumem um papel crucial. A crescente complexidade das atividades profissionais, aliada a um ambiente socioeconómico em constante transformação, torna imperativo que os profissionais possuam um forte sentido ético e deontológico.

Mas afinal, será que estas práticas são realmente necessárias?

A ética profissional refere-se ao conjunto de princípios e valores que orientam a conduta dos profissionais no seu ambiente de trabalho. Segundo autores como Adela Cortina, a ética é essencial para a coesão social e para a construção de um ambiente laboral mais justo e equilibrado.

A ética profissional não se limita a seguir regras; é uma postura que visa o bem comum, o respeito mútuo e a integridade. Segundo a mesma autora *"O saber ético assenta em dois pilares: aprender a tomar decisões prudentes, e aprender a tomar decisões moralmente justas, com vista aos direitos humanos. A necessidade de uma ética é congénita, já os seres humanos são estruturalmente morais e desejam naturalmente a felicidade"* (2020).

Manuel Velasquez, no seu livro *"Business Ethics: Concepts and Cases"*, sublinha que a ética é fundamental para criar confiança entre as partes interessadas de uma organização, incluindo clientes, funcionários, fornecedores e a sociedade em geral. Esta confiança é vital para o sucesso a longo prazo de qualquer instituição.

Enquanto a ética se refere aos princípios gerais que guiam o comportamento, a deontologia é o conjunto de deveres e normas específicos a cada profissão.

É através da deontologia que os princípios éticos ganham forma e são aplicados na prática diária.

Para José Luís Barreto Guimarães, autor de *"Ética e Deontologia Profissional: Reflexões e Práticas"*, a deontologia é uma ferramenta vital para garantir que os profissionais atuem de maneira responsável e alinhada com os valores da sociedade. Barreto Guimarães argumenta que a deontologia contribui para a autorregulação das profissões, promovendo um comportamento ético que vai além do cumprimento estrito da lei.

Apesar da sua importância, a aplicação da ética e da deontologia enfrenta desafios significativos. Num mundo onde as pressões económicas e a competitividade são intensas, pode haver uma tendência para relegar os princípios éticos para segundo plano. A corrupção, o nepotismo e outras práticas antiéticas são exemplos de como a ausência de ética e deontologia pode prejudicar não só as organizações, mas também a sociedade como um todo.

Para enfrentar estes desafios, é crucial investir na formação ética e deontológica dos profissionais: de todos! Cursos de ética, seminários e workshops são ferramentas eficazes para sensibilizar e preparar os profissionais para enfrentar dilemas éticos no seu quotidiano. Além disso, as organizações devem promover uma cultura de transparência e responsabilidade.

**Resumindo**, a ética e a deontologia profissional não são apenas conceitos abstratos, mas necessidades concretas no ambiente de trabalho contemporâneo. Através da adoção de práticas éticas e deontológicas, os profissionais podem contribuir para um ambiente de trabalho mais justo, transparente e respeitador.

Como nos lembra Adela Cortina, *"a ética é uma exigência da razão prática"* e, sem dúvida, a sua aplicação na vida profissional é imperativa para o bem-estar coletivo.

Portanto, ética e deontologia profissional: precisa-se, e muito!

**Cristina Ferreira**  
**Presidente do STAAESuIRA**

# STAAE-ZN contra alteração de férias por diretores escolares

O Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte (STAAE-ZN) fez chegar ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) um ofício relativo a diversas queixas dos seus associados por comportamentos de diretores, que considera abusivos, relativos ao Despacho n.º 1/2024, que prevê a possibilidade de suspensão das atividades nas escolas por uma semana, entre os dias 12 e 23 de agosto do corrente ano.

O STAAE-ZN "tem recebido inúmeras queixas de associados a dar conta que os Agrupamentos de Escolas estão a tentar que este período de suspensão seja contabilizado como férias do pessoal não docente, chegando a ser solicitada a alteração das férias já agendadas. Tal comportamento traduz-se num completo desvirtuamento da bondade do despacho e violador dos normativos legais aplicáveis", considerava o STAAE-ZN no documento enviado à tutela.

Foi então solicitado através do ofício enviado ao MECI que os Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Presidentes de Câmara "fiquem cientes que o período de suspensão a que alude o Despacho n.º 1/2024 é complementar ao período de férias dos trabalhadores e que se abstenham de qualquer comportamento contrário ao que resulta do Despacho n.º 1/2024".



## Workshop STAAESRA "Assistentes Operacionais - verdadeiros super heróis" no Pinhal Novo

O Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação Sul e Regiões Autónomas (STAAE Sul e RA) promoveu na tarde de 8 maio de 2024, mais uma sessão do Workshop "Assistentes Operacionais - verdadeiros super heróis" desta vez no Agrupamento de escolas José Maria dos Santos - Pinhal Novo.

A primeira sessão desta iniciativa organizada pelo STAAESRA tinha tido lugar no Agrupamento de escolas de Vialonga, em Março.



**16 MAIO**

**2024**

# **Dia Mundial do PAE: Homenagem e Luta por Reconhecimento**

Comemorou-se a 16 de maio de 2024, o VII Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo - PAE (ou Pessoal não docente, como é designado legalmente em Portugal), data que reconhece há seis anos, a nível mundial, o papel imprescindível destes profissionais nas escolas e comunidades educativas, não obstante a sistemática desvalorização e falta de reconhecimento do seu trabalho.

A FNE e dois dos seus STAAEs (Zona Centro e Sul e Regiões Autónomas) participaram na reunião em Bruxelas da Internacional da Educação (IE) que instituiu o primeiro Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo, em 16 de maio de 2018, e organizaram em Mafra, Portugal, um programa comemorativo especial na segunda edição de maio de 2019, assim como a II Conferência Mundial do PAE nos dias 17 e 18 de maio de 2023, em Aveiro, numa parceria entre a FNE e a IE.

**Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, não quis deixar passar a data sem atribuir uma palavra de saudação a estes trabalhadores:**

"No dia 16 de maio, celebramos o Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (PAE), um momento para reconhecermos o papel fundamental que estes profissionais desempenham na educação. Na Federação Nacional da Educação (FNE), prestamos um tributo ao PAE, especialmente pela sua dedicação exemplar no dia a dia das escolas.

## Reconhecimento Incompleto

O PAE, muitas vezes designado como "a força invisível" da educação, garante o bom funcionamento das nossas escolas. No entanto, o reconhecimento formal do PAE ainda não acompanha a sua dedicação e relevância. A FNE exige, com veemência, melhores condições de trabalho para estes profissionais, incluindo:

- **Medidas de segurança:** Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável.
- **Formação adequada:** Oferecer formação contínua e atualizada, alinhada com os novos desafios da educação.
- **Combate à precariedade:** Eliminar a precariedade laboral e garantir contratos de trabalho justos e estáveis.
- **Definição de conteúdos funcionais:** Clarificar as funções e responsabilidades do PAE, valorizando as suas competências.
- **Valorização justa das carreiras:** Implementar medidas de progressão na carreira e reconhecimento profissional.

## Um Leque Diversificado de Profissionais

Em Portugal, o PAE abrange um leque diversificado de categorias profissionais, desde Técnicos Superiores a Assistentes Operacionais. Todos desempenham um papel crucial nas suas comunidades educativas, desde o apoio pedagógico à gestão administrativa e à manutenção das infraestruturas escolares.

## Desafios e Lutas

Apesar da sua relevância, estes profissionais continuam a enfrentar problemas como a precariedade laboral, baixos salários e a falta de reconhecimento. A FNE não desiste na luta pela justiça dos direitos do PAE. Acreditamos que a valorização destes profissionais é essencial para a construção de um futuro melhor para a educação. Reiteramos o nosso compromisso em defender os direitos do PAE e em colaborar na resolução de problemas como a falta de pessoal, a insuficiência de recursos e a desvalorização profissional.

## Juntos por uma Educação de Qualidade

A FNE junta-se à comunidade internacional para celebrar o seu contributo inestimável e para reiterar a necessidade de um reconhecimento justo e da valorização profissional do PAE.

Também os três Presidentes dos Sindicatos de PAE/ND da FNE, Cristina Peixoto (STAAE-ZN), João Ramalho (STAAE-ZC) e Cristina Ferreira (STAAESRA), deixaram uma mensagem em vídeo para marcar este dia.



# FNE reuniu com MECI para abordar temas ligados ao Pessoal de Apoio Educativo

A FNE reuniu hoje no Ministério da Educação com o Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Pedro Cunha, para debater assuntos relacionados com a prorrogação dos contratos dos Técnicos Superiores da Educação, no sentido de poder garantir a continuidade destes profissionais nas escolas, onde fazem falta e por forma a que todas as escolas tenham também a 1 de setembro, todos os trabalhadores que precisam para acompanhar os alunos e apoiar todas as necessidades de cada instituição de ensino.

Nesta reunião, que teve uma duração de aproximadamente duas horas, esteve presente o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros e a Secretária-Geral Adjunta da FNE, Cristina Ferreira e foram debatidos mais temas ligados ao Pessoal de Apoio Educativo nomeadamente a importância de adequar as necessidades das escolas aos recursos humanos necessários para o seu correto e normal funcionamento.

Da parte do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) foi garantido o compromisso de tudo fazerem para que no início do próximo ano letivo todos estes trabalhadores de apoio educativo estejam nos locais em que fazem falta, que possam ser prorrogados os seus contratos e também a garantia que muito brevemente serão abertos processos negociais que visam dar resposta ao conjunto de matérias que a FNE tem vindo a anunciar e que fazem parte do seu caderno reivindicativo e do seu Roteiro para a Legislatura.

Continuamos a querer defender e apoiar todos os profissionais da educação e é para eles que damos o nosso melhor.





## Conferência anual 2024 da ELNE: Deixar os professores serem professores

Realizou-se em Bruxelas, no dia 23 de abril de 2024, a Conferência Anual da Rede Europeia de Liderança Educativa - ELNE, no qual o **Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN)** teve presença ativa, em representação da FNE. Sob a temática da Liderança Educacional em Prática, as comunicações e as atividades desenvolvidas proporcionaram uma incursão pelo passado, analisando o presente e perspetivando o futuro da ELNE e do trabalho que desenvolve.

As apresentações, de elevada qualidade, assim como os “workshops” tiveram a participação ativa dos conferencistas em sessões dinâmicas, encorajaram a reflexão e o debate sobre a relação fundamental entre a investigação e a prática. Abordaram, ainda, a criação e desenvolvimento de comunidades de aprendizagem e o papel da ELNE para influenciar a adoção de políticas educativas, sustentada no conhecimento proporcionado pela investigação.

Sophia Eriksson-Watershoop, diretora do Departamento de Juventude, Educação e Erasmus+ da Comissão Europeia, na sessão de abertura, sublinhou a importância da promoção de lideranças colaborativas no interior das organizações educativas e elogiou a abrangência da constituição e o trabalho da rede de parceiros que constituem a ELNE.

Daniel Wisniewski (Empregadores Europeus da Educação - EFEE), Agnes Roman (Comité Sindical Europeu da Educação - CSEE), Myrthe Strienstra (Associação Europeia de Diretores Escolares - ESHA) e Arja Krauchenberg (Associação Europeia de Pais) apresentaram as perspetivas e contribuições das respetivas organizações para a consecução das finalidades da ELNE.

Hannah Grainger Clemson, da Universidade de Edimburgo, dinamizou uma atividade prática em grupos, em que participaram todos os presentes, desafiando-os a partilhar conceitos e exemplos de liderança colaborativa nas escolas.

Da discussão que se seguiu, entre múltiplos exemplos, foram evidenciadas algumas condições essenciais para que essa dinâmica colaborativa se desenvolva: a construção e fortalecimento de confiança; a distribuição de lideranças pedagógicas no interior da escola; o trabalho em rede nas e entre organizações educativas; abertura de espírito; desenvolvimento de uma cultura de “cuidado”; adoção de uma cultura de elevado sentido de compromisso. Como condição essencial, foi salientada a necessidade de **deixar que os professores sejam professores.**

Considerando que a ELNE constitui, também, uma entidade que recolhe e divulga exemplos de práticas bem-sucedidas, foram apresentados casos de lideranças colaborativas eficazes, que têm contribuído para a melhoria de escolas, através da implementação de dispositivos e práticas específicos.



*À direita, o representante da FNE Álvaro Santos*



A simbiose entre a investigação e prática constitui a orientação essencial do Comité de Investigação da ELNE, com o objetivo de promover a adoção de políticas educativas informadas por práticas e evidências. Nesse sentido, discutiram-se possibilidades de aproximar a investigação educacional das ações que se desenvolvem no interior das escolas.

Esta temática foi igualmente discutida por um painel constituído por uma representante da OCDE (Abba Pons) e outra da União Europeia (Susanne Conze), com moderação de Agnes Roman. Foram traçadas as linhas orientadoras para que a ELNE possa apoiar os decisores políticos nesse desiderato.

A abordagem para a formulação de hipóteses de solução de problemas recorrentes em educação foi desenvolvida por Valentina Lacasa (EFEE), que encorajou os participantes a encontrar estratégias e atividades, a partir de um conjunto de “ferramentas” adaptativas.

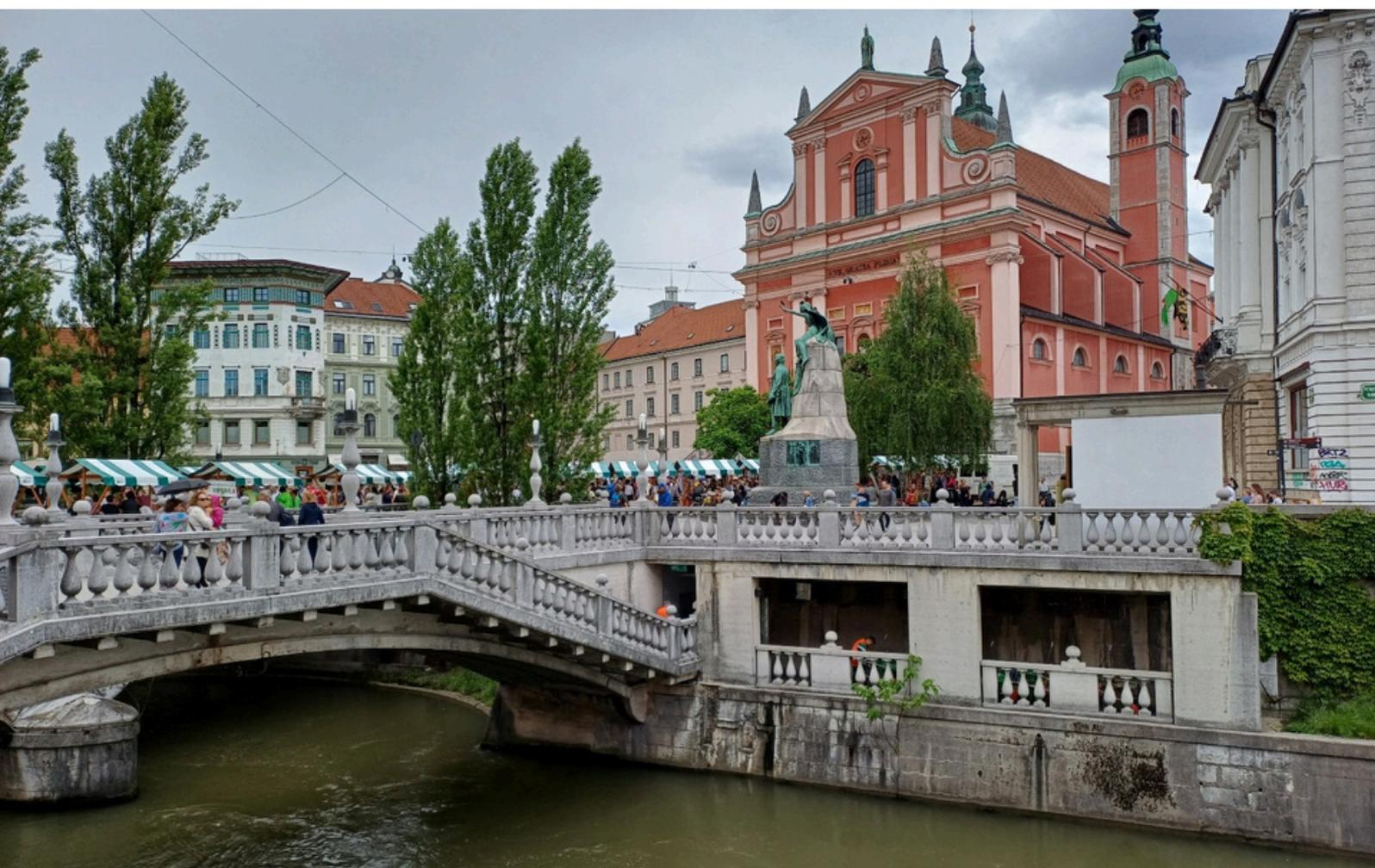
O trabalho foi efetuado através de uma abordagem de resolução de problemas em que todos intervieram.

Tal permitiu planear o desenvolvimento de ações para problemas organizacionais, curriculares, pedagógicos, não tendo faltado a discussão sobre a questão da falta de atratividade da profissão docente, comum a muitos dos países que constituem a ELNE.

Numa sessão de “brainstorming”, os participantes refletiram sobre os tópicos abordados e, através de ferramentas interativas, partilharam ideias acerca dos desafios e oportunidades para as resoluções de política educativa na União Europeia, com relevo para o fortalecimento da relação entre os investigadores, os professores e os decisores políticos.

A ELNE é a maior rede educacional na Europa. Envolve todos os tipos de grupos envolvidos na área educativa de vários níveis. É constituída por mais de 100 organizações de 34 países e tem como principal missão o apoio a adoção de políticas educativas informadas por práticas e evidências. Álvaro Santos representou o SPZN/FNE neste evento.

Sustainability  
Collaborative  
bottom-up  
Leadership  
diverse  
Education collaboration  
Quality Equity  
Empowerment



## No percalço da recuperação pós-Covid na Eslovénia

A FNE participou na primeira visita de estudo de caso a escolas do projeto **“Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação: Abordar os riscos psicossociais para uma recuperação equitativa e sustentável da crise da COVID-19”**, que decorreu em 22 e 23 de maio de 2024, em Liubliana, Eslovénia.

Também denominado APRÈS COVID, este projeto do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e dos Empregadores Europeus da Educação (EFEE), reúne, para

além da FNE no seu Grupo Consultivo, as organizações sindicais da educação **ESTUS** ou **SVIZ** da Eslovénia, **ACOD** da região belga da Flandres e o **MUT** de Malta.

O APRÈS COVID é um projeto de diálogo social com a duração de dois anos (outubro de 2023 a setembro de 2025), que procura avaliar o impacto a longo prazo da crise da COVID nos riscos psicossociais na profissão docente e promover ativamente uma recuperação equitativa e sustentável liderada pela educação.



*Liubiana: Cidade dos Dragões*

O projeto inclui três visitas de estudo de caso, Liubiana, (9 e 10 de outubro de 2024, em Lisboa, e 22 e 23 de janeiro de 2025 em Malta), um seminário de formação e uma conferência final de dois dias a realizar em Bruxelas, que deverá acolher cerca de 80 participantes, para apresentar os resultados do projeto, incluindo a investigação, os resultados dos estudos de caso, o seminário de formação e as boas práticas reveladas ao longo do projeto.

As crises sanitária, económica e social provocadas pela pandemia de COVID-19 tiveram um impacto transformador sem precedentes nos sistemas educativos europeus, nas relações laborais e nas condições de trabalho na educação em toda a Europa.

As mudanças desencadeadas pela pandemia contribuíram para reforçar os problemas existentes e impulsionaram o aparecimento de novos riscos profissionais, com os riscos psicossociais na profissão docente a surgirem como desafios urgentes.

Já no período pré-pandémico, os trabalhadores da educação estavam altamente expostos a riscos psicossociais devido a múltiplos fatores de stress, tais como uma carga de trabalho pesada, horários de trabalho prolongados, exposição a comportamentos violentos, bem como a natureza social e emocional da profissão.

## Empregadores e sindicatos juntos pelo bem-estar

No entanto, a crise da COVID-19 amplificou fortemente os fatores de stress associados aos riscos psicológicos para os trabalhadores da educação. A educação foi mesmo considerada como o setor com maiores exigências quantitativas e mais desgastante do ponto de vista emocional, de acordo com o relatório da Eurofound “Living and Working and COVID-19”, de 6 de novembro de 2020.

Nesta perspetiva, o CSEE e a EFEE, alinhados com o Programa de Trabalho 2023-2024 do Comité do Diálogo Social Setorial Europeu na Educação (ESSDE), em particular com a prioridade de garantir a saúde e segurança no trabalho na educação, viram este projeto financiado pela Comissão Europeia em 2023.

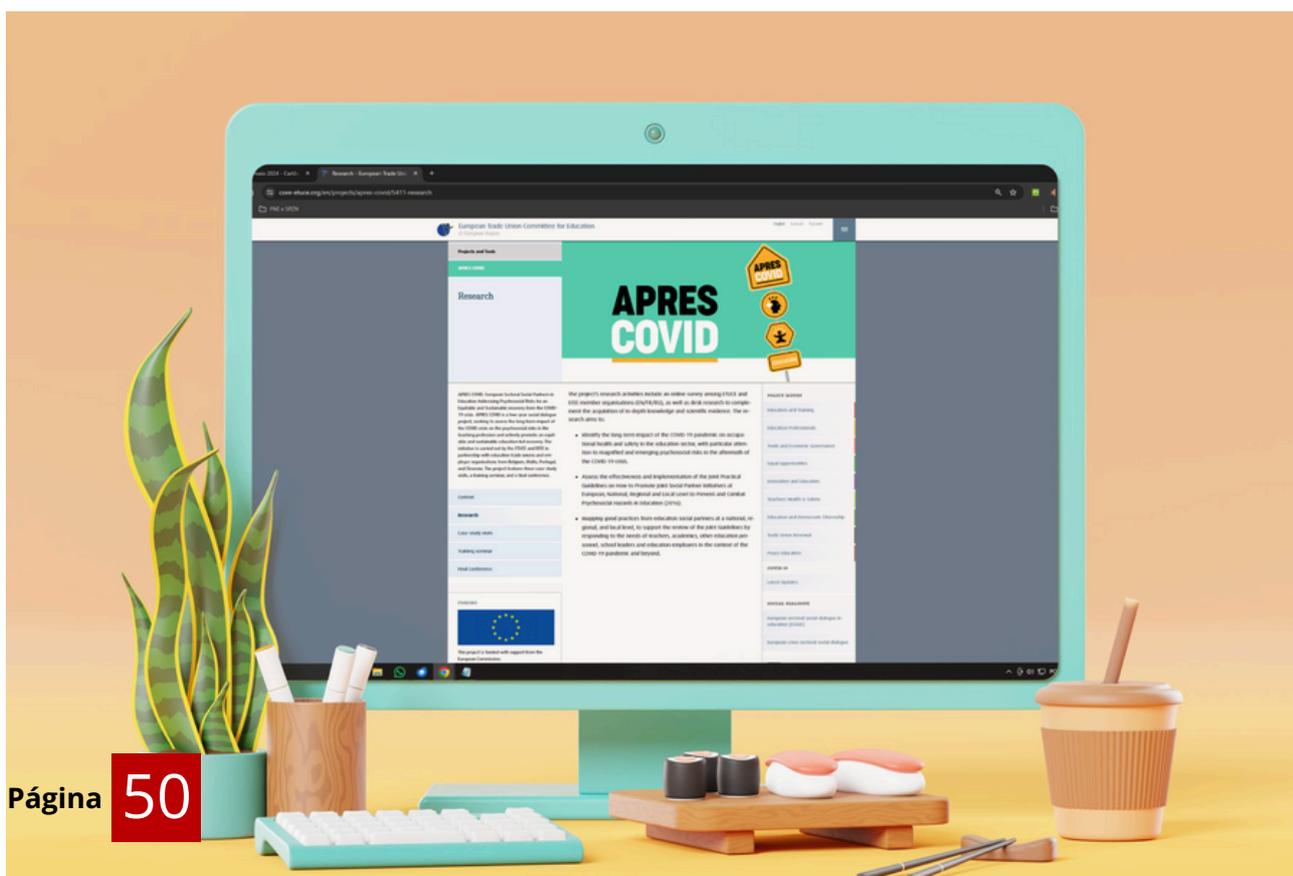
O projeto visa avaliar a eficácia e a implementação das Orientações Práticas Conjuntas sobre como promover iniciativas conjuntas de parceiros sociais a nível europeu, nacional, regional e local para prevenir e combater os riscos psicossociais na educação.

**As atividades de investigação** do projeto incluem um inquérito online entre as organizações membros do CSEE e da EFEE, bem como investigação documental para complementar a aquisição de conhecimentos aprofundados e provas científicas.

Entre os objetivos principais da investigação encontramos, em primeiro lugar, a identificação do impacto a longo prazo da pandemia da COVID-19 na saúde e segurança no trabalho no sector da educação, com especial atenção para os riscos psicossociais ampliados e emergentes no rescaldo da crise da COVID-19.

Em segundo lugar, a avaliação da eficácia e a aplicação das Orientações Práticas Conjuntas sobre como promover iniciativas conjuntas dos parceiros sociais a nível europeu, nacional, regional e local.

*Site do projeto na página do CSEE*



E finalmente o mapeamento de boas práticas dos parceiros sociais da educação a nível nacional, regional e local, para apoiar a revisão das Orientações Conjuntas do CSEE e da EFEE, respondendo às necessidades dos professores, académicos, Pessoal de Apoio Educativo (PAE), dirigentes escolares e empregadores do setor da educação, no contexto da pandemia de COVID-19 e nos tempos que a sucederam.

As atividades incluem visitas de estudo no terreno a instituições de ensino, com a participação de professores, dirigentes escolares, diretores de escolas e outro pessoal educativo para abordar os efeitos tangíveis dos riscos psicológicos e explorar as melhores práticas para melhorar as condições de trabalho e a saúde mental dos professores e do PAE.

O evento proporciona ainda uma plataforma para os parceiros sociais setoriais na educação aprofundarem os resultados do projeto em discussão com os decisores políticos europeus, e para promover discussões sobre um potencial compromisso da ESSDE sobre os riscos psicossociais na educação.



## “Quase caí em burnout!”

Depois de duas reuniões a distância (8 de dezembro de 2023 e 22 de março de 2024) e uma reunião presencial na sede do CSEE em Bruxelas, onde se afinaram os inquéritos a professores e a empregadores da educação, o Grupo Consultivo dirigiu-se à escola pública – do 1º ao 9º ano - Osnovna sola Dravlje ([www.osdravlje.si](http://www.osdravlje.si)), em Liubliana, para cumprir o primeiro objetivo do projeto.

Tratava-se de uma escola com cerca de 400 alunos (alguns oriundos dos ex-países da Jugoslávia), mais de 40 com necessidades educativas especiais, 36 docentes e 25 elementos do Pessoal de Apoio Educativo. A escola tem um programa especial para apoio a alunos sobredotados.

Aí fomos muito bem recebidos pela direção da escola e deu logo para ver o respeito, enorme consideração e orgulho com que os

professores falavam do seu sindicato e do facto de serem sindicalizados.

Aleksandra Morozovaité (Visionary Analytics), a investigadora do projeto, natural da Lituânia, entrevistou a diretora da escola, uma professora de humanidades e uma conselheira educativa, que desempenha um papel semelhante ao do psicólogo escolar em Portugal.

Após cada entrevista, entrevistaram os membros do Grupo Consultivo, colocando questões sobre os profissionais da educação na Eslovénia e os tempos do COVID-19 naquele país. Neste país, os alunos com necessidades educativas especiais frequentam as turmas regulares desde 1996, mas há estabelecimentos próprios para quem tem casos mais graves, nomeadamente de dislexia ou de autismo.





A diretora fala com especial orgulho da sua escola, dos professores, do PAE e dos alunos, alguns deles a contactarem com o mar pela primeira vez nas atividades de Educação Ambiental e Sustentabilidade, cujos projetos desta última começaram há três anos. “A pandemia foi muito difícil para nós, porque também faleceu o marido de uma professora”, confessa. “Muito nos valeu nesse período termos uma assistente que era do exército”.

A diretora não nega: “Quando os alunos voltaram para a escola trouxeram mais violência, sobretudo psicológica, principalmente nas redes sociais e mais as raparigas que os rapazes.

Os professores tiveram muito trabalho para impor disciplina. Houve muitos problemas nas famílias e os alunos trouxeram isso para a escola.

Outros alunos não frequentaram o infantário e muitos outros não falaram das suas emoções”.

A diretora chega mesmo a confessar: “A pandemia foi um grande choque. Eu a princípio não usava câmara no Zoom em minha casa. Só ao fim de um certo tempo ganhei coragem e comecei a fazê-lo. Outra questão é que a minha vida profissional intrometeu-se na minha vida pessoal. Felizmente recuperámos esse período. Reconheço agora muito melhor a importância do trabalho colaborativo”.

Para a diretora, o apoio do município de Liubliana foi essencial, mas a escola encontrou muitas soluções antes das autoridades. Outro ponto teve que ver com o descrédito nas vacinas anti-COVID: “Tivemos um pai dentista que era contra o uso de máscaras e contra a vacina. Ele queria processar a escola. O município arranhou-nos um advogado, mas ele depois desistiu da queixa”.

Alunos sem computador foi outro dilema: “A princípio nem todos tinham computador. O Estado interveio depois, mas durou tempo. E alguns alunos não tinham internet... Vocês reconhecem estes problemas, não é verdade?”

A visão da professora de humanidades apenas reforçou as dificuldades: “A pandemia afetou-nos muito a saúde mental, a confiança, a autoestima. É muito difícil motivar e apoiar os alunos, é muito difícil ser flexível e inovador em tempos disruptivos. Tivemos que procurar novas formas de avaliar os alunos. Às vezes, eram quatro horas da tarde e eu e os meus filhos sem almoçar. Quase caí em burnout!”

*A diretora da escola (à direita)*



*Aula de bicicleta na escola: Na Eslovénia as crianças precisam de uma habilitação para andarem de bicicleta na rua*



*Debate dos parceiros sociais na sede do sindicato esloveno SVIZ*

## **Alunos com tendências suicidas**

A tarde de 22 de maio foi dedicada ao diálogo social. Entrevieram dois representantes do Ministério da Educação local e um do Instituto Nacional da Educação. Do lado dos líderes escolares falou Nives Pockar, diretora de uma escola secundária e membro dos empregadores eslovenos.

A perspetiva sindical foi apresentada por Tina Rezar, na sede do sindicato SVIZ. Os seus discursos tiveram pontos tocantes e pontos mais afastados. Foi reforçada a necessidade de se valorizar mais a educação e todos os profissionais que nela trabalham. Do lado sindical o foco recaiu no excesso de trabalho burocrático, mais

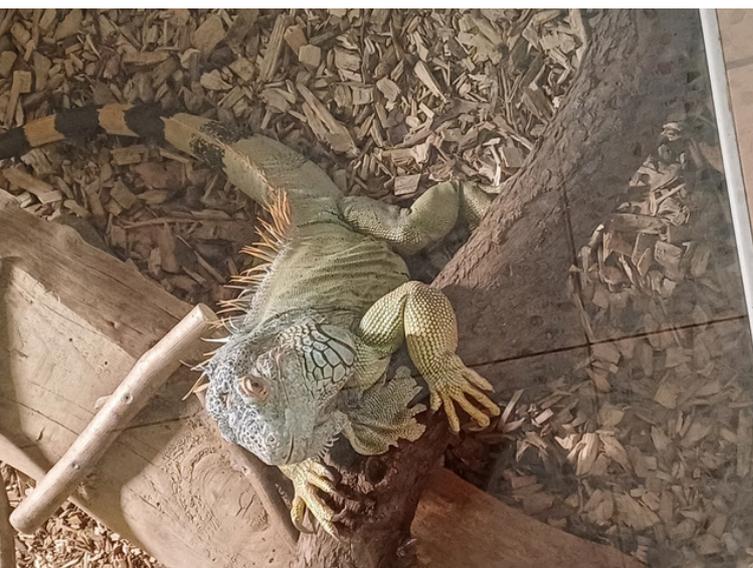
oferta de formação por parte do Estado e condições de carreiras mais atrativas.

Na Eslovénia, as escolas contratam os seus professores e há uma denotada falta de docentes em disciplinas como a matemática, as ciências ou a física.

A seguir às quatro apresentações dos parceiros sociais veio um período de debate sobre o caminho a seguir, oportunidades para uma maior cooperação das partes interessadas em matéria de bem-estar psicossocial e de saúde e segurança no trabalho no setor da educação.



*Aleksandra Morozovaité, investigadora do projeto*



A manhã do dia 23 de maio foi preenchida em Liubliana com a visita à Escola Secundária do Centro de Ensino Biotécnico - Escola Técnica Superior e Técnico Veterinário, uma escola especializada para alunos que, feito o 9º ano, querem prosseguir estudos veterinários no ensino superior.

Estes alunos eram oriundos de toda a Eslovénia e estavam alojados em edifícios próprios do Estado na proximidade daquela escola. As instalações eram boas, bem apetrechadas e tinham uma cantina de excelente qualidade e bem preservada. Nos corredores diferentes répteis habitavam espaços artificiais e os animais eram, como se compreende, muito bem-vindos àquela escola.

O conselheiro educativo queixou-se do facto de uma consulta num especialista demorar entre seis meses a um ano, quando na verdade aqueles alunos precisavam de uma consulta semanal.

“Durante a pandemia tivemos alunos com tendências suicidas”, confessou. “Mesmo que conseguíssemos uma consulta no público não seria suficiente. Por isso, alguns pais tiveram que ir a consultas no privado, a pagar”.

A única coisa positiva da pandemia foi o terem começado a trabalhar muito em equipa, afirmou o professor de matemática. Em seu entender, se tivessem outra pandemia um quarto ou mesmo um terço dos 45 professores daquela escola teriam abandonado a profissão. Outra dificuldade foi a falta de espaço dos alunos em casa para seguirem as aulas online: “Por falta de espaços, alguns assistiam ao zoom dentro das próprias casas de banho”.

Para aqueles professores, as escolas secundárias na Eslovénia tiveram mais autonomia que as escolas até ao 3º ciclo, o que para estas foi muito negativo. “Precisávamos de mais salas, embora não nos possamos queixar, se formos comparar esta escola com outras escolas do nosso país”.

Na segunda visita de trabalho em Lisboa uma das escolas participantes será a Escola Secundária de Passos Manuel. A Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF) indicará uma escola profissional na capital portuguesa. O representante da FNE no Grupo Consultivo deste projeto é Joaquim Santos.



*Ao centro à direita a diretora da escola secundária veterinária*



# OCDE atualiza princípios de Inteligência Artificial

A OCDE adotou no início de maio de 2024 a revisão dos princípios históricos da OCDE sobre Inteligência Artificial (IA), muitos deles relacionados com o setor da educação. Em resposta aos recentes desenvolvimentos nas tecnologias de IA, nomeadamente o surgimento da IA de uso geral e generativa, os princípios atualizados abordam mais diretamente os desafios associados à IA que envolvem privacidade, direitos de propriedade intelectual, segurança e integridade da informação.

Com 47 aderentes, incluindo agora a UE, e um âmbito geral que garante a aplicabilidade aos desenvolvimentos da IA em todo o mundo, os Princípios da IA da OCDE fornecem um modelo para quadros políticos sobre como abordar os riscos da IA e moldar as respetivas políticas. Sendo o primeiro padrão intergovernamental sobre IA, a OCDE defende uma IA que seja inovadora e confiável e que defenda os direitos humanos e os valores democráticos.

Acompanhando os desenvolvimentos desde que os Princípios foram adotados pela primeira vez em 2019, o Observatório de Políticas de IA da OCDE mostra que os investimentos de capital de risco em startups generativas de IA aumentaram nove vezes. A procura por competências em IA aumentou 130% e a percentagem de grandes empresas que utilizam IA, em média, na OCDE, quase duplicou, para mais de quatro vezes os seus homólogos mais pequenos.

Estes desenvolvimentos coincidem com uma atenção e ação política significativa, evidenciada por mais de 1 000 iniciativas de IA em mais de 70 países e jurisdições.

É cada vez mais imperativo desenvolver e implementar sistemas de IA para aumentar a produtividade, acelerar a investigação científica, promover a sustentabilidade ambiental e melhorar os cuidados de saúde e a educação, ao mesmo tempo que defende os direitos humanos e os valores democráticos.

Mas riscos como a privacidade, a segurança, a justiça e o bem-estar estão a desenvolver-se a uma velocidade e escala sem precedentes, transformando-se em danos no mundo real, como a perpetuação do preconceito e da discriminação, a criação e disseminação de informações erradas e falsas e a distorção do discurso público e dos mercados.

**Os principais elementos das revisões da OCDE, que garantem que os Princípios permanecem relevantes, robustos e adequados à finalidade, incluem os seguintes aspetos:**

- 1. Abordar questões de segurança, de modo que, se os sistemas de IA correrem o risco de causar danos indevidos ou exibirem comportamento indesejado, existam mecanismos e salvaguardas robustos para substituí-los, repará-los e/ou desativá-los com segurança;**
- 2. Refletindo a crescente importância de combater a informação incorreta e a desinformação e de salvaguardar a integridade da informação no contexto da IA generativa;**
- 3. Enfatizar uma conduta empresarial responsável ao longo de todo o ciclo de vida do sistema de IA, envolvendo a cooperação com fornecedores de conhecimentos e recursos de IA, utilizadores de sistemas de IA e outras partes interessadas;**
- 4. Esclarecer as informações sobre sistemas de IA que constituem transparência e divulgação responsável;**
- 5. Referenciando explicitamente a sustentabilidade ambiental, uma preocupação que cresceu consideravelmente em importância nos últimos cinco anos;**
- 6. Ressaltando a necessidade de as jurisdições trabalharem juntas para promover governança interoperável e ambientes políticos para IA, à medida que aumenta o número de iniciativas políticas de IA em todo o mundo.**

Os Princípios de IA da OCDE são um ponto de referência global para a formulação de políticas de IA, facilitando a interoperabilidade de políticas globais e promovendo a inovação com os seres humanos. No campo da Educação, a investigação avança também a um ritmo frenético, levantando dúvidas e criando cada vez mais desafios aos governos, aos professores, às escolas e às comunidades educativas.



# Aprendizagem para a sustentabilidade na Europa: abordagem transcurricular é a mais comum

A rede Eurydice da Comissão Europeia (CE) publicou em abril de 2024 o relatório “Aprendizagem para a sustentabilidade na Europa: Desenvolver competências e apoiar os professores e as escolas”.

Em maior ou menor grau, todos os países europeus incluem a sustentabilidade nos seus currículos, na maioria das vezes através de uma abordagem transcurricular. O Chipre é o único país onde a educação para o desenvolvimento sustentável é uma disciplina separada obrigatória para todos os estudantes.

No Chipre, a educação para o desenvolvimento sustentável é introduzida no calendário escolar do ensino primário

nos graus 1 a 4, como parte da disciplina “educação para a vida”, à qual são atribuídos dois tempos por semana. Nos 5.º e 6.º anos, a mesma disciplina é designada “educação para o desenvolvimento sustentável” e é lecionada durante um tempo letivo por semana.

As instituições educativas são consideradas agentes vitais na resposta aos desafios de sustentabilidade enfrentados pelas sociedades, uma vez que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de competências através do ensino e da aprendizagem. Mas em que medida está a sustentabilidade integrada nos diversos currículos europeus?

## Sete competências em análise

Naturalmente, tal varia no modo como e na medida. O ensino da sustentabilidade envolve, na maioria das vezes, uma abordagem **transcurricular**, ou seja, a inclusão de tópicos relacionados com todas as disciplinas ou com a maioria delas.

Os temas relacionados com a sustentabilidade estão quase sempre incluídos nas disciplinas científicas e geográficas e, em menor grau, na educação para a cidadania. Mas a sustentabilidade pode ser, e muitas vezes, é integrada em estudos sociais e económicos, na história, tecnologia ou arte, design, entre outras.

Em Portugal, a sustentabilidade faz parte da área de competência do “bem-estar, saúde e ambiente”, tal como está descrito no documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, homologado pelo Despacho 6478/2017, de 26 de julho.

Como nos dizem os quatro autores do relatório da Eurydice (Teodora Parveva, Anna Horvath, Sonia Tremosa e Emmanuel Sigalas), 14 sistemas de ensino europeu incluem a sustentabilidade através da **aprendizagem interdisciplinar** baseada em projetos, o que significa a inclusão de módulos focados na sustentabilidade, através dos quais os alunos podem aprender, experimentar e debater questões relacionadas com a sustentabilidade fora das disciplinas regulares.

No entanto, a sustentabilidade raramente é uma disciplina própria. Apenas nove sistemas de ensino incluem uma semelhante disciplina interdisciplinar e, na maioria dos casos, essa é apenas opcional para estudantes do ensino secundário. Na verdade, o único país onde a educação para o desenvolvimento sustentável é uma disciplina separada obrigatória para todos os estudantes é o já citado Chipre.

O relatório da Eurydice examinou sete competências em matéria de sustentabilidade com base no quadro “GreenComp” da CE: 1 - valorizar a sustentabilidade, 2 - promover a natureza, 3 - o pensamento sistémico, 4 - a literacia para o futuro, 5 - a adaptabilidade, 6 - a ação política e 7 - a ação individual e coletiva.

Quase todos eles estão relativamente bem representados nos currículos europeus, sendo incluídos nos currículos de mais de 30 países da Europa. O menos comum é a competência de alfabetização de futuros, que inclui a capacidade de prever futuros sustentáveis alternativos, desenvolver cenários alternativos e identificar os passos necessários para alcançar um futuro sustentável preferido.

## A formação inicial de professores

As competências da agência política e da ação individual e coletiva estão mais frequentemente presentes no nível secundário do que no nível primário.

No que diz respeito a estas competências orientadas para a ação política, pudemos também verificar que, embora a maioria dos currículos contenha referências ao que os indivíduos podem fazer para promover o desenvolvimento sustentável e as responsabilidades individuais, as referências à ação coletiva ou à responsabilidade social/política/coletiva por comportamentos insustentáveis são menos comuns.

Uma das questões essenciais é o sabermos de que forma os sistemas educativos europeus apoiam os seus professores na educação para a sustentabilidade. Os professores e os dirigentes escolares têm um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento de competências em matéria de sustentabilidade. Necessitam de receber formação, orientação e apoio adequados para disporem dos conhecimentos necessários e serem capazes de implementar pedagogias de sustentabilidade e abordagens pedagógicas adaptadas.

É importante pois que também os regulamentos e as orientações para a formação inicial de professores incluam objetivos de aprendizagem específicos relacionados com a sustentabilidade. Atualmente, este é o caso em 17 sistemas de ensino. O apoio ao desenvolvimento profissional dos professores em exercício é mais comum, embora a participação em ações de formação raramente seja de caráter obrigatório.

Ao mesmo tempo, importa igualmente salientar que a maioria dos sistemas educativos fornece materiais didáticos e outros recursos sobre a forma de integrar a sustentabilidade no ensino e apoiar redes ou comunidades de práticas específicas em que os professores e os diretores das escolas podem trocar informações, partilhar boas práticas e criar parcerias.

Os professores também têm acesso a centros de educação para a sustentabilidade, embora os coordenadores ou mentores da sustentabilidade escolar sejam menos generalizados.



## **Apoios não financeiros**

De um modo geral, as conclusões dos atores deste documento indicam a necessidade de apoio, orientação e oportunidades de formação mais específicas para os professores e dirigentes escolares, a fim de reforçar a aprendizagem para a sustentabilidade e permitir que todos os alunos desenvolvam as suas competências neste domínio.

No que respeita à forma como as autoridades educativas apoiam as escolas na promoção da educação para a sustentabilidade elas podem fazê-lo de formas muito variadas. Por uma questão de simplicidade, podemos distinguir entre meios de apoio financeiros e meios de apoio não financeiros. Em relação ao primeiro, os autores perguntaram se as autoridades educativas davam dinheiro às escolas para criar ou manterem hortas escolares, para investir em infraestruturas de reciclagem ou de ciclismo, ou em infraestruturas semelhantes de pequena escala que possam ser utilizadas na educação para a sustentabilidade.

Poucos países oferecem este tipo de apoio. Na realidade, apenas 13 sistemas educativos financiam hortas escolares, apenas 12 financiam equipamento de reciclagem e apenas 11 apoiam financeiramente instalações para bicicletas nas escolas.

Há também formas não financeiras de promover a educação para a sustentabilidade. Fornecer orientação ou oportunidades de trabalho em rede são métodos típicos de apoio às escolas, sem necessariamente lhes oferecer dinheiro, pelo menos não diretamente.

O que merece especial destaque é o funcionamento dos programas escolares de sustentabilidade a nível nacional e internacional. Por exemplo, o programa internacional «Escolas Ecológicas» (em alguns países, designado por «Escolas Verdes»), que surgiu em 2008 na Indonésia, solicita às escolas que se comprometam a tomar determinadas medidas destinadas a reduzir o seu impacto ambiental.

Espera-se também que as escolas integrem questões ambientais e sociais no currículo. O que é particularmente interessante é não só o facto de as **Eco-Escolas** operarem na maioria dos países europeus, mas também o facto de, em 17 sistemas educativos, existir também um programa escolar nacional de sustentabilidade.

O programa conta, a nível internacional com cerca de 20 mil escolas, distribuídas por 46 países. Em Portugal é desenvolvido desde 1996 e ganhou a adesão de muitas escolas. No ano letivo de 2011/2012 inscreveram-se no nosso país cerca de 1500 escolas neste programa. Trata-se sem dúvida de uma evolução positiva, que se espera vir a propagar-se cada vez mais por escolas de toda a Europa.

A partir de 2024, estará disponível a candidatura a **Eco-Agrupamento**, por parte do Diretor do Agrupamento ou do professor coordenador na escola sede. A candidatura a Eco-Agrupamento 2024 decorre na plataforma Eco-Escolas **até 30 de julho, através da escola sede em cada Agrupamento.**

Os critérios para o reconhecimento de um **Eco-Agrupamento** podem surgir em três modalidades: **100% Eco-Escolas:** todas as escolas do Agrupamento estão galardoadas com a bandeira verde; **Compromisso da Direção:** onde existem condições de coordenação e implementação do Programa em todas as escolas e junto dos respetivos professores Coordenadores; e **Compromisso do Professor Coordenador:** na escola Sede do Agrupamento, na qual atesta que as atividades serão decididas em cada escola e não na escola sede.



# + vantagens



[www.fne.pt](http://www.fne.pt)

Há +vantagens em ser associado(a)  
dos sindicatos da FNE

Consultar protocolos



# Impacto das mudanças climáticas na segurança e saúde no trabalho

Celebrou-se a 28 de abril de 2024 o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. Esta data tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças profissionais a nível mundial, constituindo também uma forma de sensibilização para alertar a comunidade internacional para este problema e para as formas de promover e criar segurança e saúde em meio laboral (SST).

E por isso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) - como parte das ações que marcaram a data - publicou o relatório *"Garantir a segurança e a saúde no trabalho num clima em mudança"*, que ilustra os riscos para os trabalhadores devido ao agravamento das alterações climáticas.

De acordo com o relatório, as alterações climáticas **expõem 70% dos trabalhadores de todo o mundo a riscos graves** e colocam cerca de 1,6 mil milhões de trabalhadores em exposição à radiação ultravioleta.

A crise do clima aumenta a exposição a perigos como o calor excessivo, radiação ultravioleta, fenómenos meteorológicos extremos, poluição atmosférica, doenças transmitidas por vetores e agroquímicos, destaca a OIT.



Com este documento a OIT pretende alertar para as consequências das alterações climáticas no mundo do trabalho, especialmente na segurança e na saúde dos trabalhadores em geral. A agência da ONU ressalta que as atuais medidas em favor da SST dificilmente acompanham os riscos.

Mais de 2,4 mil milhões de integrantes, entre a força global de 3,4 mil milhões de trabalhadores, teriam sido expostos ao calor excessivo em algum momento da sua carreira. A proporção aumentou de 65,5% para 70,9% entre 2000 e 2020.

Por outro lado, 26,2 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com uma doença renal crónica, associada ao stress térmico na área laboral. Mais de 18.960 mortes relacionadas com o trabalho são registadas por ano devido ao câncer de pele não melanoma.

Outra probabilidade é que 1,6 mil milhões de pessoas estejam expostas à poluição atmosférica no local de trabalho, resultando anualmente em cerca de 860 mil mortes relacionadas entre trabalhadores ao ar livre.

Em áreas como agricultura, mais de 870 milhões de envolvidos estariam em risco devido a pesticidas. Neste setor há mais de 300 mil mortes atribuídas anualmente ao envenenamento por pesticidas.

As estimativas apontam ainda que 15 mil pessoas morrem todos os anos por contato com doenças parasitárias e transmitidas por vetores no setor laboral.

A observação do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho visa sublinhar a prevenção de acidentes e doenças nesse ambiente, capitalizando regras laborais e o diálogo social.





WWW.FNE.PT

RECUPERAÇÃO TOTAL DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO

# FINALMENTE, CONSEGUIMOS!

PELOS PROFESSORES. COM OS PROFESSORES!

COM RESPONSABILIDADE E VERDADE!

ESPERANÇA num futuro melhor.

FICHA TÉCNICA | MAIO 2024

**Proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**Diretor**  
Pedro Barreiros

**Produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares

**Secretariado**  
Adosinda Leitão e Cristina Maia

**Tesoureiro**  
Mário Jorge

**Redação**  
Rua Pereira Reis, 399  
4200-448 Porto  
tel. 225 073 880  
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

**Produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques

**Sindicatos membros**

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO

